



RDL

REDE BRASILEIRA
DIREITO E LITERATURA

SOBRE O CONCEITO DE *PÓS-VERDADE*

CARLOS MARÍA CÁRCOVA¹

TRADUÇÃO DE HENRIETE KARAM

RESUMO: O autor sustenta que jornalistas e políticos referem-se ao conceito de *pós-verdade* de forma equivocada. A fonte desse equívoco é maliciosamente intencional em alguns escritores ilustrados de nossa época; e o equívoco, produzido por vozes oficiosas ou oficiais do neoliberalismo no poder. Ademais, tal erro também se deve à ingênua premissa apresentada, há séculos, como sentido comum pelo positivismo, de que há somente uma verdade e de que ela responde a derivações lógicas. Explica-se, no texto, que a única fonte da verdade em uma sociedade moderna e democrática é a ciência, que ainda tem muito a elucidar sobre a verdade, sobretudo a partir do giro linguístico e do paulatino, mas forte, desenvolvimento da interpretação como método para a verdade, com o valiosíssimo aporte de fontes semióticas, no sentido do 2.º Wittgenstein, Saussure, Peirce, Bakhtin, Eco, Barthes e muitos outros.

PALAVRAS-CHAVE: verdade; objetivismo/subjetivismo; crise do representacionalismo; sentido.

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, emprega-se com frequência o conceito de *pós-verdade*; o sentido que se atribui à expressão não é, entretanto, unívoco. Em alguns casos, é francamente depreciativo e, em outros, decididamente confuso. Assim, muitas vezes se diz que essas são verdades lábeis que o sujeito mistura com devaneios e fantasias.

É claro que isso desqualifica o conteúdo da expressão. Na minha opinião, estamos discutindo novamente questões clássicas que mudaram de embalagem, mas não de conteúdo. O que é a verdade? Os critérios de

¹ Doutor em Direito pela Universidad de Buenos Aires (UBA). Professor Titular Emérito da Faculdade de Direito da Universidad de Buenos Aires. Diretor do Instituto de Investigaciones Jurídicas “Ambrosio L. Gioja” da Faculdade de Direito da Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5906-5875>. E-mail: cmcarcova@derecho.uba.ar.

verdade são os mesmos, seja qual for a natureza do objeto que está sendo investigado? A verdade, a realidade, o mundo pode ser explicado ou mostrado sem a participação do observador? A observação, em termos fáticos, obtém visões parciais do objeto que após devem ser sintetizadas através de atos de consciência, através de uma abstração conceitual? As formas analíticas e hermenêuticas são antitéticas ou complementares, como afirma J. Habermas?

Se o problema fosse apenas de natureza epistêmica, talvez essa discussão secular pudesse ser abordada filosoficamente e encaminhada à opinião dos intelectuais mais meritórios de nosso tempo. Infelizmente, não é assim.

A NOÇÃO DE PÓS-VERDADE: DIMENSÕES LINGUÍSTICA E PRÁTICA

A noção de *pós-verdade* em um mundo "líquido" pode ser pensada como a rejeição de verdades universais e a-históricas, deduzidas da realidade de um mundo matematizável. Trata-se de, ao contrário, concebê-la construtivamente, como produto social e cultural que resulta da interação dos seres humanos, tanto em sua dimensão linguística quanto prática.

O problema é que não é esse o sentido reivindicado pela política hegemônica nesses tempos de "neoliberalismo". Para manter tal denominação, devemos admitir que o "neoliberalismo" realmente mascara uma espécie de populismo de direita, adepto da virtualidade do factual

Em outras palavras, o direito hegemônico que governa grande parte do mundo, e também o nosso país, acredita e defende a verdade do factual. São liberais de mercado, mas profundamente antiliberais no que concerne aos direitos fundamentais, às instituições democráticas ou às legitimidades processuais.

O presidente eleito Trump se diz um defensor das velhas tradições americanas, mas não lhe custou mentir sobre a participação de Barak Obama em uma manobra eleitoral contra ele, questão já decidida pela justiça em favor de Obama. Nem lhe custa expulsar a multidão de imigrantes que há dezenas de anos contribui para a grandeza de seu país.

Os mexicanos, com quem os EUA sempre mantiveram excelentes relações durante o século XX, devem custear um muro, na fronteira, para

que seus conterrâneos, uma vez expulsos, não tenham a intenção de voltar a entrar; o juiz Moro processa o ex-presidente Lula porque este teria uma casa em Guarujá, Lula nega, mas não há outra evidência sobre o que o juiz afirma que não sejam suas próprias afirmações.

O líder do golpe institucional contra a presidenta Dilma Rousseff, contra a qual foram dirigidas acusações cujas provas ainda não foram apresentadas, já está preso por peculato, corrupção, abuso de poder e outros crimes.

O presidente Macri processou ou ordenou a uma judicatura em geral genuflexa que denunciasse a ex-presidenta Kirchner, entre outras acusações esdrúxulas, por ter assinado um acordo com o Irã para poder continuar os procedimentos judiciais em busca dos assassinos que atentaram contra a Embaixada de Israel e contra a AMIA.

Por certo a coisa é surpreendente, porque a nossa Constituição confia ao Presidente da República a gestão dos assuntos internacionais e esse pacto tinha apenas a intenção de estabelecer responsabilidades criminais das quais nós, argentinos, havíamos sido vítimas. Mas escandalosa – e não apenas surpreendente – é a circunstância de que esse acordo tenha sido ratificado, por unanimidade, pelo Parlamento argentino.

Permanentemente, o atual governo acusa o anterior de corrupção. Depois de dois anos, há apenas um condenado, que começou a ser julgado muito antes da mudança de governo. Enquanto isso, o Sr. Macri, que aparece como o dono de empresas sediadas no Panamá e denunciadas no conhecido caso dos "Panamá Papers", certamente estaria obrigado a fornecer ao país uma explicação, que sequer é reivindicada pelos meios de comunicação. Além disso, acaba de ser descoberto que ele não declarou, patrimonialmente, uma propriedade nas proximidades de Buenos Aires, de 32.000 hectares, na qual foi construído um clube de campo. Em suma, essa lista poderia continuar com exemplos grosseiros do Sr. Macron ou do Sr. Nigel Farage, que, depois de vencer a eleição de Brexit, negou os slogans de sua campanha mediante o simples expediente de sustentar: "Eu nunca disse isso".

O empoderamento mal-intencionado e falso desses governos para legitimar, pela força dos fatos, as medidas que adotam é para eles uma forma de *pós-verdade*.

No entanto, isso não pode ser caracterizado se não como uma manipulação artificial e canalha realizada com a cumplicidade, quando não com a liderança, dos grandes meios de comunicação de massa. Não seria sequer necessário recorrer ao Sr. Durán Barba para obter tal resultado, bastaria lembrar do Cel. Goebbels: "mentir, mentir, que algo será deixado". É suficiente evocar, para fundar a afirmação, o papel desempenhado nos últimos vinte anos por conhecidos complexos multimidiáticos como Clarín, La Nación, Rede Globo, El Mercurio, ou o conglomerado Prisa, na Espanha, e tantos outros.

Mas a discussão que estou interessado em realizar sobre o conceito de *pós-verdade* não é aquela que diz respeito ao seu uso ignóbil e falso. O conceito de ideologia em seu sentido marxista já existe para isso. Interessame a discussão com os modernos e a reduplicação de ontologias, essências e cânones científicos. É nisso que irei me deter na sequência.

PÓS-VERDADE E PÓS-CIÊNCIA

No ano de 2000, a Editorial Biblos publicou um texto de grande interesse, intitulado *La posciencia, el conocimiento científico en las postrimerías de la modernidad*, cuja organizadora e autora de alguns ensaios foi a inteligentíssima e profícua Prof^a. Esther Diaz. Como ela esclarece no prólogo, os trabalhos que reúne na obra, escritos por diferentes especialistas, não coincidem em todos os casos. Pelo contrário, trata-se de um saudável olhar pluralista e matizado.

Mas a compiladora não deixa de oferecer seu próprio e firme ponto de vista sobre a verdade, já no próprio prólogo: "A verdade – afirma – é um produto histórico, surge nos discursos e práticas sociais, é mutável, imanente, epocal" (Diaz, 2000, p. 10).

Concordo plenamente com essa declaração e estou convencido de que a vulgata do "post verdade" na boca de jornalistas e de políticos responde ao modo superficial, interessado e muitas vezes bastardo com que é tratada qualquer informação que está à vista, desde o desaparecimento de Santiago Maldonado até a contagem eleitoral e as manipulações estatísticas.

A maioria dos filósofos modernos foi influenciada nesse debate pela tradição que, em relação ao tema abordado, vinculará Aristóteles, o qual acreditava que a estrutura do mundo era de natureza matemática, a

Newton, Descartes e aos representantes do Iluminismo. Disso resultou o notável desenvolvimento das ciências naturais, que se uniram ao antigo prestígio e à disseminação das ciências formais, as quais já haviam influenciado a Escola Clássica de Direito Natural, através de importantes autores como Hobbes, Locke, Rousseau, Kant, Pufendorf, Wolf e outros.

A ciência moderna constrói, então, uma imagem objetivista para si mesma. As leis da natureza que se descreviam estavam inscritas no seu próprio modo de ser. O mundo, a realidade externa mantinha uma relação com os sujeitos, na qual eles tinham um papel passivo. Sua consciência era uma espécie de espelho que lhes permitia, com a ajuda dos sentidos, conhecer a exterioridade que, no caso da ciência, fornecia verdades cuidadosamente elaboradas que operavam nessa consciência, como um sistema de representações. Esse modo de pensar sobre o conhecimento foi denominado, obviamente, de "representacionalismo".

No final do século XIX, esse panorama epistêmico relativamente pacífico sofreu inesperada turbulência promovida pela discussão metodológica. Os positivistas, objetivistas, representacionistas, sustentavam um ponto de vista monológico. Ou seja, eles acreditavam na unicidade do método. Um método para as ciências formais, o axiomático; um método para as ciências factuais, qualquer que fosse sua espécie, que cumprisse as funções de explicar e de prever os fenômenos do mundo sensível. O modelo predominante foi o conhecido método hipotético-dedutivo.

Para essa visão do conhecimento e da verdade, a questão seria: quando um julgamento do tipo formal (teorema), como "o quadrado da hipotenusa é igual à soma do quadrado dos catetos, nos triângulos retângulos", poderia ser considerado verdadeiro? Resposta: quando o enunciado possa derivar logicamente de outro teorema previamente comprovado e dos axiomas. No caso da geometria euclidiana, que é a do exemplo, como sabido, os enunciados primitivos, denominados axiomas, eram cinco.

Esses enunciados não tinham valor de verdade semelhante ao dos teoremas. A verdade dos axiomas, diziam antigamente, baseava-se em sua natureza autoevidente. Mais tarde, de forma mais plausível, matemáticos, geômetras e outros cultores dessas disciplinas propuseram admitir certos

enunciados como postulados (axiomas) e operar com eles com lógicas dedutivas de diferentes espécies. Se os resultados fossem úteis e produtivos, justificavam-se por si mesmas as disciplinas formais que tais enunciados constituíam.

Um caso interessante, para entender melhor o assunto, é evocar a figura de Nikolai Lobachevsky, que nasceu na Rússia e viveu entre os séculos XVIII e XIX. Esse matemático decidiu negar o quinto axioma de Euclides (paralelas) e criou uma geometria diferente que contribuiu para estabelecer a noção de triângulos curvos. A partir de seus estudos, nasce a geometria espacial e, com ela, há o desenvolvimento da navegação aérea.

No que diz respeito às ciências fáticas, entre as quais se situam as ciências naturais, a tradição positivista-objetivista também incluiu as ciências sociais. Mais adiante, aludirei à turbulência acima mencionada.

Previamente, ofereço breve nota sobre o modo como os enunciados desse tipo de ciências são validados. Eles cumprem sua função através da observação e da experimentação. Quando certo fenômeno observado é reiterado um número de vezes estatisticamente apreciável – de acordo com o critério da comunidade de especialistas envolvidos, isto é, físicos, químicos, arquitetos, engenheiros etc. –, a regularidade apreciada, se relevante, pode ser transformada em lei, como "todos os metais se expandem com o calor". Ou seja, o enunciado adquire o estatuto de hipótese científica. Então, é verdadeiro? A ciência moderna, com Popper encabeçando e com seus discípulos mais destacados, responderia: "... provisoriamente", até o surgimento de uma experiência de contraprova, que envolva uma anomalia na teoria de que a hipótese é parte e termine gerando uma crise de paradigma e sua eventual substituição por outro. A história atual da física envolveu mudanças paradigmáticas de singular importância.

Isso porque a capacidade humana de observar e de experimentar é finita. Pensemos em uma hipótese mais simples. Suponha-se que ela sustente que "todos os elefantes morrem antes dos 100 anos de idade". Você já testou com todas as espécies existentes? É muito pouco provável. Mas, além disso, não sabemos quanto tempo viveram os elefantes que já morreram e muito menos quanto tempo viverão aqueles que ainda não nasceram.

Em resumo, os axiomas são enunciados cujo valor de verdade é arbitrário, e as hipóteses, conjecturas estatísticas.

Não me parece equivocado que, no campo das ciências descritas, os aqui mencionados, superficialmente, mecanismos de validação de novas leis sejam os teoremas ou hipóteses. Procuro demonstrar que é falsa a ideia consolidada, no sentido comum dos nossos contemporâneos, de que a informação que nos fornecem seja universal, objetiva, definitiva, sólida etc., ao passo que, enquanto isso, outros tantos conhecimentos, particularmente os das ciências sociais, sejam narrações mais ou menos engenhosas ou chatas, sem apoio sério. O certo é que as perspectivas objetivistas tradicionais são menos sólidas do que, durante séculos, nos foi proposto e que o representacionalismo e seus critérios de verdade já não têm mais sua antiga força, no sofisticado debate da atualidade.

Como mencionei anteriormente, o monismo metodológico foi fortemente contestado a partir do final do século XIX por autores importantes, os quais sustentaram que as ciências naturais não podiam ser equiparadas às ciências sociais; que estas têm como objeto explicar o comportamento humano, que não pode ser pesado ou medido. Trata-se de entendê-lo, de compreendê-lo. Nasce, assim, outra corrente epistemológica, que ficou conhecida como "compreensivismo". Alguns positivistas, como John Dray ou Elizabeth Anscombe, integraram tal corrente, juntamente com pensadores pós-kantianos ou pós-hegelianos, entre eles Wilhelm Dilthey, Max Weber, Alfred Schütz, Peter Winch, aos quais se devem somar os hermenêuticos como Gadamer, Ricoeur ou Davidson. O positivismo e o compreensivismo discutiram durante boa parte do século XX. Um exemplo notável das apaixonadas ou cultas polêmicas desse momento encontra-se num texto muito lido, intitulado *La disputa del positivismo en la sociología alemana* (Adorno et al., 1973): no qual K. Popper, H. Albert e outros discípulos representava o pensamento positivista; e T. W. Adorno, Jürgen Habermas e outros, o pensamento compreensivista, nesse debate.

Por outro lado, em meados da década de 1960, a rejeição ao objetivismo e ao positivismo foi reforçada pelo surgimento de uma epistemologia construtivista. É assim que Ernest Von Glasersfeld, por exemplo, a denomina em seu ensaio "A construção do conhecimento", texto publicado em um livro coletivo – que reuniu os mais ilustres nomes da

intelectualidade científica do séc. XX, em um encontro realizado em Buenos Aires –, sem ter transcendido o quanto merecia. Os trabalhos apresentados, juntamente com o que mencionei, foram publicados com o título *Nuevos paradigmas: cultura y subjetividad* (Schnitman, 1994).

Nesse livro, constam importantes ensaios escritos por autores como Prigogine, Morin, Von Foester, Guattari, W. Barnett Pearce e outros. A obra foi organizada por Dora F. Schnitman.

A essa nova perspectiva podem ser acrescentados os nomes de Varela e Maturana, Teubner e, principalmente, a importante figura de Nicklas Luhmann, que morreu há alguns anos, mas que deixou como legado intelectual obra abundante, complexa e exaustiva sobre a teoria dos sistemas sociais.

Qual é o cerne do que sustentam esses autores e muitos outros não mencionados aqui, em relação à natureza de divulgação deste trabalho?

A ideia central consiste em afirmar que o mundo externo não é pura objetividade; que toda externalidade é definida não apenas por sua materialidade, mas também por seu significado e que este se constrói socialmente no seio do discurso e da comunicação, dentro da estrutura de determinada cultura.

A ontologia dos fenômenos que apreciamos no mundo externo remete a um tecido linguístico. Se pensarmos no monumento à bandeira erguido nas ravinas do rio Paraná como pura externalidade, veríamos certa combinação de ferro, cimento e pano. Entretanto, não é isso o que vemos, mas um símbolo majestoso das heroicas lutas pela independência de nosso país. Esse último é significado, isto é, intersubjetividade comunicativa em ação.

Devemos acrescentar a esse dado a presença determinante do observador. Para a tradição sistêmica, a realidade é apresentada de maneira variada, desordenada e caótica. Os seres humanos só podem lidar com ela estabelecendo distinções: abaixo/acima; esquerda/ direita; animal/vegetal. Cada distinção deixa de considerar vários elementos da realidade. Esses elementos não estão perdidos, estão disponíveis como uma reserva de significado, para novas distinções. Quanto mais precisas e refinadas sejam as grades de nossas distinções, mais amplo e profundo será nosso conhecimento.

Voltemos ao observador e aos dados subjetivos do saber. Um observador vê da realidade aquilo que lhe oferece a perspectiva a partir da qual ele observa. Ele não pode apreender o objeto como um todo, mas apenas um fragmento, uma parte de sua realidade. Para apreender outra porção, ele deve mudar sua perspectiva de observação, mas quando o faz perde a que possuía anteriormente. Em suma, o observador só pode adquirir visões parciais do objeto. A fim de apropriar-se dele como um todo, precisa de um ato de abstração através do qual sua consciência reúna as perspectivas parciais e as reconstrua um todo. Em outras palavras, não há realidade sem um complexo processo de subjetividade.

Outro exemplo: alguns amigos caminham até chegarem às margens de um grupo variado de árvores. Um diz ao outro "que bela floresta" e o outro, especialista em fitografia, responde "muito bonito, vejo pinheiros, acácias, olmos, salgueiros..." a lista continua. Moral: amigos viram diferentes realidades. A conclusão é que não se trata apenas de olhar, mas de diferentes posições dos sujeitos que olham: posições físicas, intelectuais, cognitivas e até ideológicas.

Por outro lado, a ciência não é um saber infável. Um enunciado que pretende ser de natureza científica deve ser comunicável, deve ser transmitido a uma comunidade especializada de ouvintes. Aqui temos outro problema. A comunicação é um processo complexo e relativamente incerto. Ao contrário do que é defendido por positivistas e objetivistas, não é suficiente fazer a leitura mecânica de um texto e então aplicar algumas inferências para empregar as consequências lógicas desse texto, a fim de resolver um caso, dirimir uma disputa etc.

Esse conceito foi pulverizado pelo desenvolvimento da semiótica contemporânea e de outras disciplinas. Diz Clifford Geertz (1989, p.147): "Contar as coisas tal como são é um slogan não muito mais adequado para a etnografia do que para a filosofia depois de Wittgenstein (ou Gadamer), para a história depois de Collingwood (ou Ricoeur), para a literatura depois de Auerbach (ou Barthes), para a pintura depois de Gombrich (ou Goodman), para a política depois de Foucault (ou Skinner) ou para a física depois de Khun (ou Hesse)".

Já Habermas argumenta, em *Verdad y justificación*: "Do ponto de vista pragmático, o processo de conhecimento é apresentado como um comportamento inteligente que seleciona problemas, possibilita processos de aprendizagem, corrige erros e invalida objeções. A função representativa da linguagem apenas sugere a imagem enganosa de um pensamento que se representa objetos ou eventos quando separados desse contexto de justificativas discursivas e de experiências relacionadas à ação. O «espelho da natureza», isto é, a representação da realidade, é o falso modelo do conhecimento porque a relação binária entre a imagem e o que ela representa – e a relação estática entre enunciado e estado de coisas – oculta a dinâmica do incremento do saber que se produz através da solução de problemas e do processo de justificação" (2002, p. 36).

Dizíamos, anteriormente, que a comunicação é um processo difícil e arriscado e que, sendo o conhecimento científico um corpo não inefável, reivindica sua aceitabilidade de comunicação. A semiótica do discurso tem se ocupado, cuidadosamente, desse problema. Assim, os estudos do discurso têm sido de enorme interesse para as ciências sociais contemporâneas e, embora reconstruir uma noção precisa consista num empreendimento complexo, devido à extrema multivocidade do termo, é possível, a partir de uma perspectiva "técnica", entender o discurso como um evento comunicacional, interação verbal ou processo social de produção de sentido. Trata-se da análise de quem usa a linguagem, como a utiliza, para quê e quando, a fim de poder formular uma teoria sobre as relações entre o uso da linguagem e as crenças, no âmbito da interação social.

Com esse escopo, abrange textos tanto escritos quanto falados e estuda seus correspondentes fenômenos de interlocução, pois a linguagem escrita também possui destinatários/receptores, cujo papel está longe de ser passivo na constituição do sentido, assim como não lhe é alheio o conjunto de circunstâncias e situações que cercam o ato de recepção. Então, pode-se afirmar que a teoria do discurso compreende a comunicação verbal, textos e contextos.

Do ponto de vista estrutural, o discurso consiste em uma sequência proposicional, organizada em determinada ordem. Gestos, movimentos, posturas, volume elocucional, completam o sentido da interação verbal;

quando a interação é textual, a intertextualidade e a contextualidade desempenham a mesma missão. Finalmente, o significado sempre alude a certas representações semânticas.

Alguns autores, como Herbert Grice, enfatizam que a comunicação exige cooperação: por parte do emissor, administrando adequadamente a quantidade de informação, a cadência e o modo como ela é transmitida; por parte do receptor, com a disposição para ouvir. Quando o processo falha, o sentido é finalmente constituído pelas operações do pólo receptivo, a partir do que o autor denomina implicaturas, para distingui-las das implicações lógicas, sendo aquelas interpretações baseadas em mensagens insatisfatórias e, portanto, reconstrutivas de seu significado. Nessa tese, como na de Wolfgang Iser, a ênfase é colocada na estética da recepção como dado constitutivo da mensagem, privilegiando-se o papel do receptor/leitor na concretização do sentido.

A análise do discurso aborda, além das regras semânticas e sintáticas, as formas, deliberadas ou não, com as quais os usuários se comunicam através de processos estratégicos. As representações mentais que provêm da leitura de um texto, ou da escuta, não constituem reproduções mentais mecânicas, isto é, não copiam sentidos carregados pelas mensagens, mas desconstroem e reconstroem sentidos, usando elementos de conversação, textuais e contextuais, juntamente com o conjunto de crenças que os usuários já têm antes de iniciar a comunicação. De tal modo que, assim como o contexto influencia o discurso, este pode modificar o contexto. Como acertadamente explica Teun A. Van Dijk, cujas ideias parafraseamos, "[...] em todos os níveis do discurso encontramos *traços* de um contexto no qual as características sociais dos participantes desempenham papel fundamental, quer se trate do gênero, da classe, da afiliação étnica, da idade, da origem, da posição, quer de outros traços que determinam seu pertencimento a um grupo" (2000, p. 46).

CONCLUSÃO

Para concluir, direi que estou plenamente consciente de que entrei num campo do saber especialmente especioso. Que eu transitei por um percurso saturado de riscos e ameaças. Eu o enfrentei convencido de que os

resultados podem não ser o que eu gostaria. De qualquer forma, o acima exposto permite-me dar uma interpretação diferente da que foi vulgarizada quando se trata da *pós-verdade*. Creio que essa denominação renuncia ao universalismo, às verdades definitivas – que já são ridículas à luz do modo como o conhecimento evoluiu –, ao objetivismo, ao monismo metodológico, à homologação entre as ciências naturais e as ciências sociais. Propõe, ao contrário, uma concepção acerca do saber mais modesta, mais realista, que liga o mundo exterior ao mundo interior, concepção em que o saber é entendido como resultado da comunicação e da interlocução humanas. Isto é, como um fenômeno social.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Th. W. *et al. La disputa del positivismo en la sociología alemana*. Trad. de Jacobo Muñoz. Barcelona; México: Ediciones Grijalbo, 1973.
- DÍAZ, Esther (Ed.). *La posciencia: el conocimiento científico en las postrimerías de la modernidad*. Buenos Aires: Biblios, 2000.
- GEERTZ, Clifford. *El antropólogo como autor*. Barcelona: Paidós, 1989.
- HABERMAS, Jürgen. *Verdad y justificación*. Madrid: Trotta, 2002.
- SCHNITMAN, Dora Fried (Ed.). *Nuevos paradigmas: cultura y subjetividad*. Buenos Aires: Paidós, 1994.
- VAN DIJK, Teun A. El estudio del discurso. In: VAN DIJK, Teun A. (Comp.). *El discurso como estructura y proceso: estudios sobre el discurso, I; una introducción multidisciplinaria*. Barcelona: Gedisa, 2000. p. 21-65.

Idioma original: Espanhol

Recebido: 30/12/17

Aceito: 10/01/18